



PROFESSORES ALFABETIZADORES DAS ESCOLAS PÚBLICAS DE SANTA CATARINA: FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA*

Camile Martinelli Silveira**

Resumo: O presente artigo é parte do resultado da pesquisa sobre o perfil dos professores do Ciclo Alfabetizador das Escolas Públicas de Santa Catarina, realizada durante o Curso de Mestrado em Educação em um projeto do Observatório de Educação. Os dados foram obtidos nas bases de microdados do Censo Escolar 2013 e Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio (PNAD), divulgados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira e pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, e sinopses estatísticas, respectivamente. A abordagem teórico-metodológica orientadora da pesquisa é o materialismo histórico-dialético. A análise dos dados foi realizada a partir da categoria de conteúdo: Formação de Professores. Os resultados evidenciaram que os professores alfabetizadores das escolas públicas de Santa Catarina possuem diferentes níveis de formação acadêmica, incluindo um pequeno grupo com Ensino Fundamental incompleto, outro grupo com Ensino Médio e a maioria com graduação em Ensino Superior; deste último grupo, parte possui pós-graduação. Como a formação superior desses professores ocorreu em mais de 300 instituições de ensino diferentes, incluindo faculdades, centros superiores de educação e universidades, o fato implica currículos diferentes e, conseqüentemente, uma formação inicial diferente. Já no que diz respeito à formação continuada, embora os dados indiquem que mais da metade dos professores realizaram algum tipo de curso, quer seja Lato, Stricto Sensu ou em cursos de extensão, é expressivo o número de professores que ainda não realizaram uma única formação continuada, mesmo atuando há mais de dez anos no magistério.

Palavras-chave: Formação e perfil de professores alfabetizadores, Alfabetização e letramento, Microdados.

Abstract: This article is part of a research result on teacher profile of Literacy Cycle of Public Schools in Santa Catarina, which was fulfilled during the Education Master's program in an Education Observatory project. The data were obtained in microdata basis from the Educational Census 2013

*Artigo apresentado no VII SIMFOP da Universidade do Sul de Santa Catarina. Trabalho realizado a partir de dissertação de Mestrado orientada pela professora Dra. Leonete Schmidt em 2015.

**Universidade do Sul de Santa Catarina - UNISUL
Mestra em Educação pela UNISUL
Email: Camile.14.08.88@gmail.com



REVISTA
MEMORARE

 UNISUL
www.portaldeperiodicos.unisul.br
ISSN 2358-0593

and Sample National Survey by Household (PNAD), released by The National Institute of Educational Studies and Research (Anísio Teixeira) and by Brazilian Institute of Geography and Statistics, and synopses statistics, respectively. The theoretical-methodological guiding of the research is the historical and dialectical materialism. The data analysis was performed from the content category: Teacher Training. The results showed that the literacy teachers from public schools in Santa Catarina have different levels of academic training, including a small group with incomplete primary education, another group with high school and most with a degree in Higher Education; in this last group, some of them are post graduated. As the higher education of these teachers occurred in more than 300 different educational institutions, including colleges, higher education centers and universities, the fact implies different curriculum and, consequently, a different initial training. In what concerns the continuing education, although the data indicate that more than half of the teachers had done some kind of course, whether Lato, Stricto Sensu or extension courses, it is significant the number of teachers who have not still done a continuing education, even working for over ten years in magisterium.

Keywords: *Training and profile of literacy teachers. Literacy and literacy. Microdata.*

1. Introdução

Este artigo trata do perfil dos professores do Bloco Alfabetizador das escolas públicas do estado de Santa Catarina. A pesquisa realizada está vinculada a um projeto de pesquisa do Observatório de Educação (OBEDUC) da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), desenvolvido no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL).

Para contextualizar o perfil desses professores, é necessário entendermos historicamente a formação de professores no Brasil. De modo geral, os estudos sobre formação de professores no Brasil estão ancorados em dois projetos: de um lado os defensores de uma formação na perspectiva crítica e do outro os defensores de uma formação na perspectiva crítica-reprodutivista.

Segundo Saviani (1999), na perspectiva crítica, a educação é vista como um instrumento de equalização social de modo que, por meio da educação, seja possível a

superação da marginalidade, uma vez que, a partir desta perspectiva, a marginalidade é percebida como um desvio.

Já a perspectiva crítico-reprodutivista, característica do modelo neoliberal, entende a educação enquanto um instrumento de discriminação social, um fator que leva à marginalização, pois a sociedade é vista a partir de determinadas divisões, o que torna a marginalização algo inerente à própria estrutura (SAVIANI, 1999).

Esses dois projetos estão em disputa e se evidenciam nos diferentes dispositivos legais e na prática cotidiana da escola, tendo prevalecido, principalmente nas políticas públicas oficiais, a formação na perspectiva crítico-reprodutivista.

Considerando a história da formação de professores, a concepção metodológica utilizada nesta pesquisa é o materialismo histórico-dialético. Nessa concepção, segundo Kosik (1976, p. 18), “a dialética não atinge o pensamento de fora para dentro, nem de imediato, nem tampouco constitui uma de suas qualidades; o conhecimento é que é a própria dialética em uma das suas formas; o conhecimento é a decomposição do todo”. Assim, a partir desta concepção, o objeto de análise é estudado a partir de sua realidade, da relação estabelecida entre o objeto e meio.

2. Os professores alfabetizadores das escolas públicas de Santa Catarina: caracterização geral

No estado de Santa Catarina, em 2013, havia um número de 16.944 professores alfabetizadores, composto predominantemente por mulheres brancas, na faixa etária de 30 a 39 anos, residentes na zona urbana, servidoras públicas municipais com formação em nível superior. Sobre o fato de as professoras alfabetizadoras serem, na sua grande maioria, do sexo feminino (87%) não se constitui em nenhuma surpresa, pois, de acordo com estudos de Louro (2008), esta realidade vem desde o século XIX. Esse dado é apontado em várias pesquisas, como as de Livia Cruz (2008), Roseli Bigaton (2005), UNESCO (2009).

Para Cruz (2008), o magistério tornou-se uma profissão de maior representação feminina à medida que os homens, com o desenvolvimento industrial, passaram a ocupar novas funções na sociedade. Assim, o magistério foi considerado uma profissão/vocação adequada para mulheres. Essa aceitação está ligada a uma concepção



de mulher historicamente construída e socialmente aceita, de fragilidade e sensibilidade, relacionada à questão da maternidade. O magistério foi associado ao trabalho característico feminino de cuidar de crianças. E, como o trabalho da mulher sempre teve menor valor social, a profissão docente passou a ser cada vez menos valorizada. Um aspecto negativo percebido no decorrer da pesquisa sobre a formação de professores foi à desvalorização do professor, foi o baixo poder de barganha da mulher na sociedade.

A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), no ano de 2009, lançou um documento denominado “Professores do Brasil: impasses e desafios” em que são apresentadas características demográficas dos professores no Brasil, constituídas a partir dados da PNAD. A identificação do perfil dos professores considerou apenas aqueles que possuem o magistério como principal profissão, e estes somavam 92% dos profissionais. Quanto ao sexo dos professores, os dados indicam que cerca de 83% dos profissionais são mulheres. (UNESCO, 2009).

De acordo com a pesquisa realizada por Bigaton (2005) sobre o perfil dos professores da Educação Básica e a análise multidimensional no município de Balneário Camboriú/SC, estas contemplaram competências profissionais, formação e gênero dos profissionais do município. Ficou evidente a predominância das mulheres na função de professores da Educação Básica daquele município. Ainda, os resultados evidenciaram que os profissionais daquele município apresentam situação social, econômica e cultural mais confortável que os de outras regiões do país. Desta forma, possuem mais possibilidades de acesso aos bens culturais, que, se bem aproveitados, podem refletir em uma metodologia de ensino diversificada.

Sobre a etnia dos professores, há dois percentuais que chamam atenção. 68% se autodeclararam brancos e 26% não revelaram sua etnia, no entanto, o fato de mais da metade se autodeclarar branca está diretamente relacionado à colonização predominantemente europeia do estado. Já o percentual de 26% que não declararam a etnia pode estar associado à discussão que se tem sobre o termo raça, uma vez que esta é a nomenclatura utilizada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP ao solicitar a informação.

Esses dados apenas refletem uma realidade já identificada pela UNESCO em 2009 quando mais da metade dos professores se declararam brancos (UNESCO, 2009). O fato de parte do grupo não se autoclassificar nas opções apresentadas pelo INEP pode



estar relacionado à insatisfação pela nomenclatura utilizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE, uma vez que não há consenso na utilização da nomenclatura “preta” para raça, pois tal nomenclatura indicaria a cor e não a raça. No site do IBGE, encontra-se uma explicação técnica, por meio de uma produção de Osório (2003), intitulada “O sistema classificatório de ‘Cor ou Raça’ do IBGE, comunicando que não há uma unificação em torno do termo entre os países e que a raça ‘negra’ engloba as pessoas de cor parda também e, portanto, esse termo seria mais abrangente”. (OSÓRIO, 2003).

Mesmo com a explicação técnica do IBGE para o esclarecimento com relação à cor preta ou raça negra, o próprio termo raça é questionado, conforme o artigo intitulado “Trajetórias de vida de jovens negras da Universidade de Brasília no Contexto das Ações Afirmativas”, de autoria de Holanda e Weller (2014). No decorrer do artigo, as autoras apresentam a alteração no entendimento semântico do termo raça quando este passa a evidenciar o racismo existente no Brasil.

Com relação à idade dos professores alfabetizadores, 65% do grupo têm idades que variam de 30 a 49 anos, o que reflete um desinteresse dos jovens pela profissão. Essa situação se deve ao fato de não existirem políticas públicas eficientes para a valorização da profissão docente. Chama atenção o pequeno número na faixa etária de 15 a 29 anos, o que reforça informações recorrentes veiculadas tanto na imprensa quanto no meio acadêmico sobre o desinteresse dos jovens pela carreira docente. Segundo Charão (2014), em uma reportagem sobre Formação de Professores veiculada na Revista Educação, atualmente o perfil dos jovens que ainda buscam a carreira docente são de classes sociais menos favorecidas. Esta constatação foi possível a partir da participação de pesquisadores de entidades como Fundação Carlos Chagas (FCC), Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita (UNESP), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) que relatam durante a reportagem que o fato de os jovens destas classes terem acesso à Universidade é um fator bom, entretanto ressaltam que a educação recebida por estes mesmos jovens está aquém de uma educação de qualidade, fato este que relembra que uma formação docente não dá conta de superar estas falhas e, como consequência, a prática cotidiana destes professores poderá refletir tal realidade.

Os dados referentes à zona residencial dos professores apontam que 85% deles residem em zona urbana, 11% vivem em zona rural e 4% não declararam sua zona



residencial. Essa informação é muito importante para conhecer o perfil dos professores, principalmente pelas diferentes necessidades que esses profissionais tem em ambas as zonas.

Sobre a caracterização territorial dos municípios de Santa Catarina, segundo informações do Censo Demográfico (2010), 79% (234) dos municípios são caracterizados como Pequeno Porte 1, ou seja, possuem até 20.000 habitantes. E, destes, 48,27% (112) possuem mais de 51% dos domicílios na localidade rural; 11,60% (34) são considerados de Pequeno Porte 2, portanto possuem população entre 20.001 – 50.000 habitantes; 5,16% (15) são de Médio Porte enquanto os demais 4,10% (12) são de Grande Porte. Nos municípios de Pequeno Porte 2, Médio Porte e Grande Porte, os domicílios são de prevalência urbana. (IBGE, 2010).

A partir desses dados, pode-se dizer que Santa Catarina é um estado constituído, predominantemente, por municípios de pequeno porte com quase metade com predomínio de população rural. Essa é uma questão que precisa ser considerada na formação do professor que atuará em escolas que atendam às crianças da zona rural, em virtude do acesso as informações e a formação que conseqüentemente será ofertada a essas crianças.

Outro dado analisado refere-se à contratação deste grupo de professores. Com o processo de municipalização do ensino fundamental, a maioria das professoras alfabetizadoras em Santa Catarina está vinculada às redes municipais, sendo 75,60% de professores contratados pelos municípios, enquanto a rede estadual possui 24,27% das contratações, e o menor percentual de 0,13% fica com a rede federal. A razão pela qual a rede municipal possui um número maior de contratações de professores é reflexo do movimento de municipalização do Ensino Fundamental que vem ocorrendo no estado de Santa Catarina.

Em 2011, por meio do Decreto nº 502, de 16 de setembro, a municipalização do Ensino Fundamental foi implementada no estado de Santa Catarina. Este decreto determinou que os governos estadual e municipais celebrassem convênios com o Programa de Parceria Educacional Estado/Município. A repercussão sobre este assunto da municipalização pode ser constatado por meio de notícias vinculadas pela imprensa, as quais apresentam o movimento e o diálogo entre os governos estadual e municipais. (SANTA CATARINA, 2011).



3. Formação Inicial dos Professores Alfabetizadores das Escolas Públicas de Santa Catarina

A formação dos professores alfabetizadores das escolas públicas de Santa Catarina é variada, pois existem professores com formação desde o Ensino fundamental incompleto até pós-graduados. Grande parte dos professores possui Ensino Superior completo (90%), os demais 10% estão divididos entre os professores com Ensino fundamental incompleto (0% - um professor), com Ensino Médio – Educação Indígena (0% - quatro professores), com Ensino Fundamental completo (0% - nove professores), com formação de Ensino Médio – Magistério Normal (4% - 757 professores) e com formação apenas em Ensino Médio (6% - 938 de professores).

O fato de se ter grande parte dos professores com formação em nível superior é consequência da aprovação da Lei nº 9.493/96, que estabeleceu a exigência do Ensino Superior para a contratação dos professores, entretanto alguns autores dizem que, em decorrência disso, houve uma grande expansão na oferta dos cursos neste nível, incluindo também a expansão dos cursos na modalidade a distância, os quais possuem, muitas vezes, a proposta de uma formação aligeirada e mais barata, não assegurando a qualidade necessária da formação inicial.

O professor alfabetizador deve ter uma formação inicial sólida e de qualidade, pois será o responsável em assegurar aprendizagem da leitura e da escrita para todas as crianças de modo que elas possam seguir seus estudos com sucesso.

Ainda no que se refere à formação desses professores, as informações dão conta de que mais de 50% dos professores fizeram seu primeiro curso de graduação em Pedagogia, enquanto os demais apontaram 73 áreas diferentes de formação, o que implica em uma redução na qualidade do ensino. Como professores que não tiveram uma formação inicial a partir de um currículo que vise à alfabetização e ao letramento nos Anos Iniciais, ou nem ao menos licenciaturas, estão atuando no Ciclo de Alfabetização? Os dados referentes à segunda graduação realizada por esses professores não melhora o quadro de formação, uma vez que, entre os professores que não possuem formação em Pedagogia, apenas 01 buscou uma segunda formação nesse curso.



Dos professores com formação em Pedagogia, mais da metade formaram-se entre os anos 2000 e 2009, o que confere com a informação da expansão na oferta de cursos a partir de 1997. Mas, entre os professores alfabetizadores, há alguns que concluíram sua formação em 1972, portanto a realizaram há mais de 40 anos.

Como os professores alfabetizadores não tiveram sua formação nas mesmas instituições, no total foram 377 instituições diferentes, o resultado pode ser uma formação diversificada, visto que cada instituição elabora seu currículo individualmente. Ou seja, mesmo respeitando as Diretrizes Curriculares estabelecidas pelo Estado, há espaço para decisões individuais das instituições de ensino.

A maioria dos professores formou-se na primeira década do século XX, num momento em que houve grande ampliação do número de instituições e cursos de nível superior. Contudo, esses cursos foram criticados com relação à qualidade oferecida, pois ou tinham uma metodologia a distância, com aulas apenas no final de semana, ou tinham um currículo aligeirado. O fato é que essas condições pouco garantem uma formação consistente.

Com relação à dependência administrativa das instituições frequentadas pelos professores alfabetizadores, 90% deles se formaram em instituições privadas e apenas 10% na rede pública. Esse fato não pode ser considerado um demérito haja vista que até pouco tempo havia no estado de Santa Catarina apenas duas instituições públicas que ofertavam cursos de Pedagogia: a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e a Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC).

4. Formação Continuada dos Professores Alfabetizadores das Escolas Públicas de Santa Catarina

Considerando as rápidas mudanças na sociedade atual, assegurar formação inicial em nível superior para todos os professores não é mais condição para garantir qualidade de ensino. Logo, faz-se necessário também garantir formação continuada a todos os professores. Segundo Lilian Chimentão (2009, p. 3), a formação continuada pode ser entendida como um “[...] processo permanente de aperfeiçoamento dos saberes necessários à atividade profissional, realizado após a formação inicial, com o objetivo de assegurar um ensino de melhor qualidade aos educandos”. Na concepção dessa



autora, formação continuada pode ser organizada tanto em cursos de extensão como em cursos de pós-graduação.

Os cursos de Mestrado ou de Doutorado (Stricto Sensu) têm duração de 24 (Mestrado) e 48 meses (Doutorado) e devem resultar em dissertação e tese, respectivamente, com posicionamento acadêmico na escrita desses textos. Ademais, ambos devem ser realizados em Instituição de Ensino Superior -IES credenciadas para a oferta destes.

Ao estudar o perfil dos professores com formação em nível superior do Bloco Alfabetizador das escolas públicas de Santa Catarina, identificou-se a participação do grupo tanto em cursos de extensão quanto em cursos de pós-graduação Lato e Stricto Sensu. Os dados do Censo dão conta de que aproximadamente 57% dos professores realizaram cursos de pós-graduação, sendo eles: Especialização, Mestrado ou Doutorado. Percebe-se que, dentre os professores que possuem formação em nível superior, 8.483 (56%) realizaram cursos de Especialização, 11 (1%) fizeram Mestrado, e cinco Doutorado. Embora mais da metade dos professores (56%) tenha dado continuidade aos seus estudos com cursos de Especialização, há ainda 6.636 professores que não possuem formação continuada em nível de Especialização, mas possuem Ensino Superior. A situação se torna mais sensível com os 1.709 professores que não possuem ainda a formação em nível superior, o que distancia a entrada desses professores em cursos de pós-graduação.

Com relação aos dados apresentados no Censo, não há como identificar se os cursos de Especialização, Mestrado e Doutorado foram realizados na área da alfabetização. Outro dado que se considera relevante é quem está procurando os cursos de Especialização: os professores formados na graduação há mais ou há menos tempo.

No que se refere aos 8.599 professores que realizaram cursos em nível de pós-graduação, constata-se que a menor procura é entre os formados a partir de 2010. Anterior a essa data, mais de 60% dos formados buscaram cursos de Especialização. A partir dos dados relativos à realização de cursos de pós-graduação pelos professores alfabetizadores, de acordo com o período de formação dos mesmos, 59% dos professores formados na década de 1970 possuem Especialização enquanto que 6% têm Mestrado. Já quanto aos professores que concluíram sua graduação na década de 1980, 75% apontaram a realização de cursos de Especialização, 2% de Mestrado e 25% de



Doutorado. Considerando o grupo formado na década de 1990, 75% realizaram Especialização e 2% fizeram Mestrado. Na primeira década dos anos 2000, 63% dos professores realizaram curso de Especialização, 1% Mestrado e 2% Doutorado. Dos 2.159 professores que se formaram entre os anos de 2010 e 2013, 29% realizaram curso de Especialização. O dado restante é referente aos professores que não informaram o ano de conclusão; destes, 99% responderam que não realizaram cursos de pós-graduação, logo, apenas seis professores apontaram a realização de cursos de Especialização.

Portanto, diante do que foi demonstrado, o grupo que apresentou maior procura para a realização dos cursos de pós-graduação está entre os professores que se formaram nas décadas de 1980 e 1990. Esse número expressivo de professores (75%) em ambas as décadas pode ser relacionado a diferentes situações, como: necessidade de atualização de conteúdos; utilização de incentivos concedidos tanto pelo governo quanto pelas escolas para a realização de cursos de formação continuada; progressão nos níveis dos planos de cargos e salários, estadual e municipal. Entretanto, há algumas informações importantes que os dados não revelam, quais sejam: o ano de início, ano de conclusão dos cursos de pós-graduação, área de realização, carga horária, quantidade de cursos já realizados. Assim, sem esses dados, é inviável avaliar o tempo necessário para a realização dos cursos apontados, como também não há como saber se os cursos de pós-graduação procurados pelos professores referem-se à área da alfabetização. Tais dados seriam muito importantes, principalmente porque esses professores atuam no Bloco Alfabetizador e isso implica em uma formação específica para que os objetivos de alfabetização e letramento propostos pela legislação sejam atingidos. Ainda considerando a procura pelos cursos de Especialização oferecidos, embora não tenham uma avaliação oficial de sua qualidade, muitos professores alegaram que muitos destes são apenas cursos para obtenção de um certificado.

Se, por um lado, mais de 50% dos professores alfabetizadores do estado de Santa Catarina concluíram sua Especialização, por outro lado, saber que mais de 6.000 professores, independente do tempo de sua graduação, não buscaram uma formação em nível Lato Sensu, é preocupante. Nesse sentido, muitas crianças são alfabetizadas por professores que não estão se aperfeiçoando de forma contínua. Certamente inúmeras são



as razões para que esses professores não procurem os cursos de especializações, uma delas pode estar relacionada ao custo desses cursos, já que a grande maioria é paga.

Em continuidade à análise da formação continuada dos professores alfabetizadores das escolas públicas de Santa Catarina, os microdados do Censo Escolar 2013 também apresentam a relação de cursos de aperfeiçoamento realizados na forma de extensão, em que não é necessário que o professor tenha concluído sua graduação. Ainda que 16.944 professores (aproximadamente 47%) não tenham realizado nenhum curso de aperfeiçoamento até 80h, existem professores que realizaram vários, em diferentes áreas. A partir da análise dos dados, é preocupante perceber que menos de 20% dos professores buscaram uma formação continuada na sua área de atuação, as demais disciplinas são utilizadas através dos temas transversais. Contudo, como já mencionado em outros momentos, o Bloco Alfabetizador possui características específicas e, conseqüentemente, exige um preparo diferente dos docentes que ali atuam, com uma formação específica sobre alfabetização e letramento para que o professor possa devolver atividades com seus alunos que lhes alfabetizasse letrando. Chama atenção que, dentre os professores que não possuem graduação, e que somam 1.709 profissionais, 65% não realizaram nenhum curso de extensão, ou pelo menos não indicaram no Censo.

Avaliando o grupo de professores estudados e considerando que eles são responsáveis pela alfabetização das crianças, faz-se necessário que tenham cursos e formações direcionadas a essa temática visando à melhora na proposta das atividades desenvolvidas em sala de aula.

Ainda sobre a necessidade de uma formação adequada para os professores alfabetizadores, outras autoras, como Sales (2015) e Brito (2006), sinalizam a importância da experiência prática como parte do processo de formação desses professores, pois assim eles poderão compreender o processo teórico na prática cotidiana e, por meio de um trabalho coletivo, realizarem uma reflexão crítica sobre a sua atuação junto ao grupo de crianças. Um planejamento coletivo entre os professores alfabetizadores permite a troca de experiências entre os participantes do grupo. Esses encontros devem ocorrer tanto na formação inicial do professor alfabetizador quanto do professor que já concluiu sua formação inicial e está na sala de aula.



Se realizar um curso de Especialização pode ser oneroso para muitos professores, cursos de extensão específicos para professores alfabetizadores estão sendo ofertados gratuitamente nos últimos anos pelo Governo Federal. Exemplo disso são os Programas Pró-letramento e o Programa Nacional de Alfabetização na Idade Certa - PNAIC.

5. Considerações Finais

A partir dos dados identificados e analisados sobre a formação inicial e continuada dos professores alfabetizadores das escolas públicas de Santa Catarina, constatou-se que 90% possuem formação inicial em nível superior e mais de 50% realizaram cursos de Pós Graduação Lato Sensu.

O expressivo número de professoras na rede, conforme apresentado durante esse artigo, deve-se ao processo histórico da educação. Já no que diz respeito à etnia, não só é possível perceber que grande parte se autocalifica branco, mas também o fato de que 26% dos professores do grupo não declaram sua etnia. Destacamos que esse dado se deve também ao fato de o INEP utilizar a nomenclatura raça no questionário.

No que se refere à faixa etária do grupo, os dados demonstram o desinteresse dos jovens pela docência e isso pode ser consequência das notícias veiculadas pela mídia sobre a desvalorização do professor e da ausência de políticas em prol da educação.

Os dados referentes à formação inicial dos professores evidenciaram um quadro preocupante: somente 59,98% dos professores possuem formação em Pedagogia, ou seja, mais de 40% dos professores alfabetizadores, aqueles que possuem o dever de alfabetizar e letrar, não possuem formação para tal. Por outro lado, cabe destacar que 90% dos professores alfabetizadores possuem nível superior, o que seria um dado muito bom, quando observados os prazos estabelecidos legalmente.

Por fim, os dados referentes à formação continuada do grupo, por vezes, se não analisados, transmitem a ideia de que os professores estão muito bem qualificados, entretanto os dados mostram um percentual ínfimo de professores com formação em *Stricto Sensu*. Já com relação aos cursos em nível de especialização, que são de menor tempo de duração e mais baratos, não se dispõe de muitas informações que permitam uma análise mais aprofundada. Quando observamos os dados dos cursos de extensão,



percebe-se que poucos são os professores que possuem uma formação específica dos anos iniciais do Ensino Fundamental. Em suma, esses dados evidenciam que a legislação está sendo cumprida, conforme determina, entretanto é preciso observar como essa formação está sendo realizada, ou seja, qual curso, qual o tipo da instituição, dentre outras questões já levantadas no decorrer da análise.

Referências

BIGATON, R. A. S. **Perfil de Professores da Educação Básica e análise Multidimensional**. 2005. 116 f. Dissertação (Mestrado em Educação)-Universidade do Vale do Itajaí. Itajaí, 2005. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/cp052877.pdf>>. Acesso em: 06 abr. 2014.

BRITO, A. E. **Formação do Docente Alfabetizador: revelando as exigências e os desafios**. 2006. Disponível em: <http://www.ufpi.edu.br/subsiteFiles/ppged/arquivos/files/eventos/2006.gt2/GT2_2006_08.PDF>. Acesso em: 16 fev. 2015.

CHARÃO, Cristina. Formação Docente. **Revista Educação**. ed. 205, maio 2014. Disponível em: <<http://revistaeducacao.uol.com.br/textos/205/quem-sera-professor-novo-perfil-de-alunos-que-ingressam-nos-cursos-311357-1.asp>>. Acesso em: 25 abr. 2015.

CHIMENTÃO, L. K. **O significado da Formação Continuada docente**. 2009. Disponível em: <<http://www.uel.br/eventos/conpef/conpef4/trabalhos/comunicacaooralartigo/artigo-com-oral2.pdf>>. Acesso em: 17 dez. 2014.

CRUZ, L. L. **Magistério e cultura: a formação cultural dos professores e sua percepção das potencialidades educativas dos museus de arte**. 2008. 123f. Dissertação (Mestrado em Educação)-Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008.

HOLANDA, M. A. G.; WELLER, W. Trajetórias de vida de jovens negras da Universidade de Brasília no contexto das ações afirmativas. 2014. **Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação/Universidade do Sul de Santa Catarina**, v. 8, n. 13, jan./jun. 2014. Assis, SP: Triunfal Gráfica e Editora: UNISUL, 2014.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - 2011**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2011/microdados.shtm>>. Acesso em: 1º set. 2014.



KOSIK, K. **Dialética do concreto**. Tradução de Célia Neves e Alderico Toríbio. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

LOURO, G. L. **Mulheres na sala de aula**. 2008. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/19022210/Mulheres-na-Sala-de-Aula>>. Acesso em: 27 ago. 2014.

OSÓRIO, R. G. **O sistema classificatório de “cor ou raça” do IBGE**. Brasília, 2003. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_0996.pdf>. Acesso em: 27 ago. 2014.

SAVIANI, D. **Escola e democracia: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação e política**. 32 ed. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1999.

SALES, M. C. R. **A formação do Professor Alfabetizador**. Disponível em: <http://www.posgraduacaoredentor.com.br/hide/path_img/conteudo_5424688753de6.pdf>. Acesso em: 16 fev. 2015.

SANTA CATARINA. **Decreto nº 502, de 16 de setembro de 2011**. Institui o Programa de Parceria Educacional Estado-Município para atendimento ao Ensino Fundamental. 2011.

UNESCO. **Professores do Brasil: impasses e desafios**. Brasília, 2009. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0018/001846/184682por.pdf>>. Acesso em: 06 abr. 2014.

Recebido em: 27/03/16. Aprovado em: 20/06/16.